



TRE  
PARANÁ

CONTRATO Nº XX/2024

PAD 3371/2024

### MINUTA - ANEXO VII

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS, que entre si fazem o TRIBUNAL  
REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ e a  
empresa.....**

Pelo presente instrumento, regido pela Lei nº 14.133/2021, e demais legislações pertinentes, com fulcro no artigo 75, inciso II, em conformidade com o Termo de Dispensa Eletrônica de Licitação nº 90.XXX/2024, regularmente autorizado pelo ordenador da despesa, e em consonância com a proposta de preços apresentada, de um lado o:

**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO PARANÁ**, com sede na Rua João Parolin, nº 224, Prado Velho, Curitiba/PR, inscrito no CNPJ sob n.º 03.985.113/0001-81, neste ato representado por sua Diretora Geral, Solange Maria Vieira, doravante denominado CONTRATANTE, e, do outro lado, a Empresa:

....., inscrita no CNPJ nº....., com sede na cidade de...../.., à Rua....., nº ...., Apto ...., bairro:....., CEP....., telefone ....., e-mail:....., neste ato representada por....., doravante denominada CONTRATADA, têm entre si ajustado o presente contrato, mediante as seguintes cláusulas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

**1.1** - O presente Contrato tem por objeto a **contratação de serviço de Segurança de Evento (CBO 5173-10) para as Eleições de 2024**, conforme especificações descritas no Termo de referência (anexo I) e neste instrumento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA: DA CARACTERIZAÇÃO LEGAL DO OBJETO

**2.1.** A contratação possui natureza de prestação de serviço de segurança, sem dedicação exclusiva de Mão de Obra, nos termos do art. 6º, inciso XI, da Lei 14.133/2021.

**2.2.** Sobre o regime de execução, nos termos do mesmo artigo 6º, inciso XXIX, o objeto será executado sob o regime de empreitada por preço global.

#### CLÁUSULA TERCEIRA: DA DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS E RECEBIMENTO

**3.1** – A Contratação obedecerá ao estipulado neste instrumento, bem como às disposições descritas no Aviso de Dispensa Eletrônica, Termo de Referência - Anexo I e demais anexos, as quais, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste contrato.

**3.2** – A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado e informando os dados de contato (telefone e e-mail), suporte e demais condições detalhadas no Termo de Referência, anexo I.

**3.3 - Do local de prestação dos serviços:** em conformidade com o detalhamento previsto no Termo de Referência - Anexo I.

#### **CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

##### **4.1. Incumbe ao CONTRATANTE:**

I- exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos da proposta apresentada, do Termo de Referência, demais anexos e deste instrumento contratual;

II- decidir acerca das solicitações da CONTRATADA relacionadas à execução do contrato no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período;

III- efetuar o pagamento à CONTRATADA no prazo estabelecido neste instrumento contratual, após a liquidação da respectiva nota fiscal/fatura;

IV- informar à CONTRATADA, após a assinatura do contrato, o nome do Fiscal da Contratação, o telefone, endereço e e-mail para contato;

V- fiscalizar a execução da contratação, bem como as obrigações assumidas pela CONTRATADA, por meio de servidor formalmente designado;

VI -manifestar-se formalmente em todos os atos relativos à execução do contrato, em especial, aplicação de sanções e alterações.

#### **CLÁUSULA QUINTA: DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA E DA PROTEÇÃO DE DADOS**

**5.1** - As obrigações e responsabilidades da contratada, bem como as condições exigidas pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) - Lei nº 13.709/2018, estão discriminadas no Termo de Referência Anexo I.

**5.2** - Manter, durante toda a execução dos serviços, as obrigações assumidas, bem como todas as condições **para a qualificação exigidas na contratação direta.**

#### **CLÁUSULA SEXTA DA VIGÊNCIA**

**6.1** - O presente contrato terá início no dia 20/09/2024 e finalização no dia 30/12/2024, podendo ser extinto antecipadamente a critério do Contratante, nos termos da lei.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA: DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA**

**7.1** - A despesa com o presente instrumento correrá à conta do:

Programa de Trabalho Resumido nº .....

Elemento de despesa: xx.xx.xx.xx;

Nota de Empenho: 2024NE....., emitida em .../.../.....;

Categoria econômica: Custeio;

Código SIASG: 17205

#### **CLÁUSULA OITAVA: DO PREÇO E FORMA DE PAGAMENTO**

**8.1** - Pelos serviços ora contratados, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de **R\$ .....** (.....), conforme segue:

ID	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
<b>A</b>	<b>1º TURNO</b>			<b>Multiplicação da quantidade pelo valor unitário:</b>
A.1	<b>Sábado</b> que antecede à eleição Segurança de Eventos - 8h de trabalho - das 05h às 13h	5	R\$_____	R\$_____
A.2	<b>Sábado</b> que antecede à eleição Segurança de Eventos - 12h de trabalho - das 05h às 17h	1	R\$_____	R\$_____
A.3	<b>Domingo</b> dia da eleição Segurança de Eventos - 8h de trabalho - 21 profissionais das 16h às 24h - 1 profissional das 05h às 13h - 1 profissional das 13h às 21h	23	R\$_____	R\$_____
<b>Valor total do ID A (soma dos IDs A.1, A.2 e A.3):</b>				R\$_____
<b>B</b>	<b>2º TURNO</b>			<b>Multiplicação da quantidade pelo valor unitário:</b>
B.1	<b>Sábado</b> que antecede à eleição Segurança de Eventos - 8h de trabalho - das 05h às 13h	5	R\$_____	R\$_____
B.2	<b>Sábado</b> que antecede à eleição Segurança de Eventos - 12h de trabalho - das 05h às 17h	1	R\$_____	R\$_____
B.3	<b>Domingo</b> dia da eleição Segurança de Eventos - 8h de trabalho - 21 profissionais das 16h às 24h - 1 profissional das 05h às 13h - 1 profissional das 13h às 21h	23	R\$_____	R\$_____
<b>Valor total do item 2 (soma dos IDs B.1, B.2 e B.3):</b>				R\$_____
<b>C</b>	<b>DIPLOMAÇÃO</b>			<b>Multiplicação da quantidade pelo valor unitário:</b>
C.1	Segurança de Eventos - 8h de trabalho - 15h às 23h	20	R\$_____	R\$_____
<b>Valor total do ID C (repete valor total do item C.1):</b>				R\$_____
<b>VALOR TOTAL DA PROPOSTA</b> <b>(Soma dos valores totais dos identificadores A, B e C):</b>				R\$_____

**8.1.1** - O pagamento a ser efetuado em favor da CONTRATADA estará sujeito à retenção na fonte de todo e quaisquer tributos que incidirem sobre o objeto, de acordo com os normativos legais vigentes.

**8.2** - Do documento fiscal:

**8.2.1** - O documento de cobrança poderá ser emitido na forma eletrônica - NOTA FISCAL ELETRÔNICA, nos termos da legislação vigente, devendo ser encaminhado ao Gestor do contrato do TRE/PR por e-mail, no endereço [ssi@tre-pr.jus.br](mailto:ssi@tre-pr.jus.br), telefone: (41) 3072-4850 ou poderá ser apresentado na forma física, encaminhado à Seção de Protocolo, localizada na Rua João Parolin, 224, Prado Velho, Curitiba/PR, direcionado à SEÇÃO DE SEGURANÇA INSTITUCIONAL E INTELIGÊNCIA – SSI, igualmente direcionado ao Gestor.

**8.2.2** - O CNPJ da CONTRATADA deverá ser o mesmo para o efeito de emissão das notas fiscais e posteriores pagamentos. Mas, se a Nota Fiscal apresentada se referir a Filial, ambos os CNPJs, tanto da matriz quanto da filial respectiva, deverão estar com a documentação fiscal regular.

**8.2.3** - Especificações necessárias às notas fiscais, as quais são requisitos indispensáveis para que o gestor possa atestá-las e encaminhá-las para pagamento:

- a) CNPJ da Contratada;
- b) Data de emissão da nota fiscal;
- c) CNPJ do TRE/PR: 03.985.113/0001-81;
- d) Número do contrato, preços unitários e totais
- e) Banco, agência e número da conta corrente (obrigatoriamente da própria contratada).

**8.2.4** - A Nota Fiscal/Fatura, após o atestado do gestor da contratação, será encaminhada à Secretaria de Orçamento, Finanças e Contabilidade, para que se efetive o pagamento.

**8.2.5** - O pagamento será realizado após cada etapa dos serviços realizada, considerando-se por etapas o 1º turno das eleições, 2º turno se houver e a diplomação dos eleitos.

**8.3** - Prazo para apresentação da Nota Fiscal pela contratada: até o **5º (quinto) dia útil após a solicitação do gestor do contrato**.

**8.4 – Das condições de pagamento:** o pagamento será efetuado mediante crédito em conta corrente, conforme indicação da contratada no documento fiscal, por intermédio de ordem bancária, de acordo com os seguintes prazos:

**8.4.1.** - Prazo para **atestado da Nota Fiscal: até 5 (cinco) dias úteis** a contar do **recebimento da nota fiscal** pelos gestores deste TRE/PR.

**8.4.2** - Prazo para **pagamento** da Nota Fiscal: **até 5 (cinco) dias úteis** após o atestado da Nota fiscal pelo Gestor.

**8.4.3** - A nota fiscal/fatura apresentada em desacordo com o estabelecido será devolvida, e nesse caso, o prazo previsto no item acima será suspenso e somente será reiniciada a contagem a partir da respectiva regularização.

**8.4.4** - O TRE/PR, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, do montante a pagar à CONTRATADA, acréscimos decorrentes de mora no recolhimento de tributos/contribuições, bem como de multa decorrente de previsão deste Contrato e/ou anexo (s).

**8.4.5 - Da correção monetária:** na eventual ocorrência de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido para tanto e tenha solicitado formalmente, os encargos moratórios devidos pelo TRE/PR, entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento, serão calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:  $EM = I \times N \times VP$

Onde:

**EM** = Encargos moratórios;

**N** = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

**VP** = Valor da parcela em atraso

$I = \text{Índice de compensação financeira} = 0,00016438$ , assim apurado:

$I = i/365$  (onde  $i$  = taxa percentual anual no valor de 6%)

$I = (6/100)/365$

### **8.5 - Da regularidade fiscal:**

**8.5.1** - Todo e qualquer pagamento, decorrente da presente contratação, será precedido de verificação, por parte do TRE/PR, da regularidade fiscal da CONTRATADA em vigor na data do pagamento.

**8.5.1.1** - A CONTRATADA inadimplente quanto à regularidade fiscal estará sujeita à abertura de processo administrativo pelo Gestor da contratação do TRE/PR, visando à regularização.

**8.5.1.1.1** - Permanecendo a inadimplência poderá haver rescisão contratual, independentemente da aplicação das sanções previstas neste edital e/ou anexo (s).

**8.5.2** - A regularidade de que trata o subitem anterior poderá ser verificada:

a) por meio de consulta on-line no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e/ou;

b) por meio de consulta aos sites oficiais e/ou;

c) por meio da apresentação de documentação, pela CONTRATADA, anexada ao documento fiscal.

**8.5.2.1** - O resultado das consultas, de que trata as alíneas acima, serão realizadas pelo setor financeiro responsável e deverão constar do processo de pagamento.

## **CLÁUSULA NONA: DA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DA CONTRATAÇÃO**

**9.1** - Nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, caberá ao fiscal e ao gestor acompanhar os serviços de acordo com as cláusulas contratuais e ao previsto no Termo de Referência, determinando o que for necessário para regularização das faltas ou defeitos observados, sob pena de responsabilização administrativa, conforme especificado no Termo de Referência – Anexo I.

## **CLÁUSULA DÉCIMA: DO REAJUSTE**

**10.1** – Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento, em 18/06/2024.

**10.1.1**- Após o interregno de um ano, se houver prorrogação, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados anualmente, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), editado pelo Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor – SNIPC, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

## **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**11.1** - O descumprimento de quaisquer das obrigações descritas no presente instrumento poderá ensejar abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, de acordo com o **art. 156 da Lei nº 14.133/2021**, com a possível aplicação das seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar com a União, pelo prazo máximo de três anos;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três anos e máximo de seis anos.

**11.2** - Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que da infração provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**11.2.1** - Conforme o disposto no item 11.2, as infrações serão consideradas:

I - leves: quando o inadimplemento ou falha contratual, apesar de causar transtorno à execução do contrato, não acarretar maiores consequências à sua continuidade.

II - médias: quando o inadimplemento ou falha causar impacto à execução do contrato, sem, no entanto, alterar sua continuidade nem sua finalidade.

III - graves: quando o inadimplemento ou falha causar impacto à execução do contrato, alterando sua continuidade.

IV - gravíssimas: quando o inadimplemento acarretar paralisação total da prestação dos serviços.

**11.2.1.2** - Poderão ser aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas cometidas, as seguintes sanções:

**a) ADVERTÊNCIA:** Quando a contratada der causa à inexecução parcial deste instrumento, e não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

**a.1) São condutas de natureza LEVE, passíveis de advertência:**

	<b>Relação de descumprimentos</b>
<b>1</b>	Irregularidade perante às certidões obrigatórias - FGTS, INSS, CNDT e Fazenda Federal, podendo aumentar a graduação conforme o caso;
<b>2</b>	Atraso na reposição do posto de serviço, quando solicitado pelo TRE;
<b>3</b>	Atraso na entrega de documentos necessários;
<b>4</b>	Falta de retorno às comunicações do TRE pelo preposto;
<b>5</b>	Falta de acompanhamento das atividades pelo preposto;
<b>6</b>	Descumprimento às normas de sustentabilidade especificadas no presente instrumento.
<b>7</b>	Não emitir a nota fiscal dentro do prazo;
<b>8</b>	Encaminhar nota fiscal com falta de documento;

**b) MULTAS:** Que serão aplicadas independentemente entre si quando decorrentes de fatos diversos:

<b>Graduação da sanção</b>	<b>Relação de descumprimentos (exemplificativos)</b>	<b>Dosimetria e base de incidência</b>
<b>MÉDIA</b>	1. Atraso injustificado ao início da execução do objeto, com limite de 15 (quinze) minutos;	0,5% (zero vírgula cinco por cento) sobre o valor total do evento em atraso, por evento.

	<p>2. Descumprimento quanto ao fornecimento de uniformes;</p> <p>3. Não reposição do posto de serviço, quando necessário, mediante solicitação do TRE;</p> <p>4. Não entrega de todo e quaisquer documentos exigidos, com atraso superior a 05 (cinco) dias corridos (se houver); entre outros.</p>	10% (dez por cento) sobre o valor total do item
<b>GRAVE</b>	<p><b>Ocorrências sujeitas à multa compensatória, além da aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar:</b></p> <p>1. Não fornecimento de profissionais ao equivalente de 25% do quantitativo final do objeto;</p> <p>2. Não observância das normas relativas à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) – Lei nº 13.709/2018, conforme Termo de Referência – Anexo I.</p>	10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.
<b>GRAVÍSSIMA</b>	1. Paralisação total ou abandono da prestação dos serviços, que impliquem rescisão unilateral da contratação.	20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.
	2. Inadimplemento total do contrato.	

**c)** será aplicada a sanção de **Impedimento de licitar e contratar no âmbito da União**, nos termos do § 4º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos casos de:

**c.1)** inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração. Penalidade: impedimento pelo período de até 1 (um) ano;

**c.2)** inexecução total do contrato. Penalidade: impedimento pelo período de até 2 (dois) anos;

**c.3)** retardamento da execução ou da entrega do objeto sem motivo justificado. Penalidade: impedimento pelo período de até 2 (dois) anos;

**c.4)** quando a conduta da contratada acarretar a aplicação da sanção de multa de natureza grave elencada no item “b”. Penalidade: impedimento pelo período de até 2 (dois) anos.

**d)** Será aplicada a sanção de **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, nos termos do §5º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, nos casos de:

**d.1)** apresentar documentação ou declaração falsa. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos;

**d.2)** praticar ato fraudulento. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;

**d.3)** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;

**d.4)** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 5 (cinco) anos;

**d.5)** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 5 (cinco) anos.

**d.6)** inexecução parcial do contrato que cause dano grave à administração. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos;

**d.7)** inexecução total do contrato. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 4 (quatro) anos;

**d.8)** retardamento da execução do objeto sem motivo justificado. Penalidade: declaração de inidoneidade de até 3 (três) anos.

**11.3** - As multas poderão ser aplicadas cumulativamente com as demais sanções.

**11.4** - A aplicação das sanções previstas não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

**11.5** - A reincidência de situações ensejadoras de penalidades sujeitará a contratada à penalidade de natureza imediatamente superior, à medida de sua gravidade, conforme o impacto na execução da contratação.

**11.6** - A aplicação de qualquer sanção administrativa será precedida de abertura de processo administrativo, garantido o contraditório e a ampla defesa, considerando-se eficazes as intimações e notificações encaminhadas ao endereço eletrônico (e-mail) informado no sistema de cadastramento de fornecedores - SICAF.

**11.7** - As multas imputadas à contratada, cujo montante seja superior ao mínimo estabelecido pelo Ministério da Economia (Portaria nº.75 do Ministério da Fazenda, publicada em 22/03/2012 - art. 1º, inciso I) e não pagas no prazo concedido pela Administração, serão inscritas em Dívida Ativa da União e cobradas com base na Lei nº 6830/80, sem prejuízo da correção monetária.

**11.8** - A contratada autoriza desde já o desconto de multa pré-determinada em processo administrativo que garanta a ampla defesa, na primeira fatura a que vier fazer jus.

**11.8.1** - Caso não seja possível o desconto, a contratada deverá proceder ao recolhimento por meio de GRU - Guia de Recolhimento da União.

**11.9** - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente conforme art. 158, § 8º, da Lei nº 14.133/2021.

**11.10** - Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

**11.11** - A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

**11.12** - O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

## **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**12.1** - Ficará o presente contrato extinto, a juízo da administração, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa, nas hipóteses previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/2021.

**12.2** - Poderá também ser causa de extinção contratual a alocação de funcionários pela contratada para o desempenho dos serviços, que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento de membros ou juízes vinculados a este Tribunal, contrariando o Artigo 3º, resolução n.º 09 de 06/12/05 do CNJ (Conselho Nacional de Justiça).

### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DOS CASOS OMISSOS**

**13.1** - Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no artigo 92, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 de 01.04.2021, e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais aplicáveis.

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO FORO**

**14.1** - Fica eleito o Foro de Curitiba-PR. para dirimir as eventuais divergências oriundas do presente contrato.

**14.2** - E por estarem assim, justos e contratados, as partes assinam o presente termo, em formato digital<sup>1</sup>, para um só efeito legal.

Curitiba- ..... de .....de 2024

.....  
Representante Legal  
p/Contratada

**Solange Maria Vieira**  
Diretora-Geral - TRE/PR  
p/Contratante

---

<sup>1</sup> Excepcionalmente poderá ser aceita assinatura em outro formato.